

Ata número DEZASSETE

ATA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Aos 28 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas 18:15 horas na Sala Panorâmica da Loja do Cidadão em Belmonte, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista Partido Socialista - PS:

Licínio Fernandes Benedito, Joana Gabriela Clara Quelhas, José Carrola Feliciano, Luís Miguel Gomes de Jesus, Pedro Miguel Fonseca Catalão e Manuel Firmino Cameira
Da lista Trabalho, Verdade e Mudança - PPD/PSD.MPT:

José Carlos Dias Duarte Gonçalves, António Luís Nave d'Elvas, Acácio Bernardo Nunes Dias, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Telma Alexandra Nave Neves de Matos e Patrícia Isabel de Elvas Eusébio

*Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:
José Alberto Pires Gonçalves*

Estiveram também presentes nesta reunião, Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Daniel Trindade Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Alves Martins Velho e Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Sequeira Cruz.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças. Deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa e de seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

Face ao referido deu-se início ao cumprimento do ponto.

- 1 - Aprovação da ata da sessão anterior;*
- 2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes.*
- 3 - Período de antes da Ordem do Dia;*
- 4 - Período da Ordem do Dia:*
 - 4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;*

4.2.- 1ª Revisão das GOP's e Orçamento 2020

4.3. - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal - Errata

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes.

1 - Aprovação de atas de sessões anteriores.

O Presidente da Assembleia questionou se os membros propunham mais algumas alterações ou correções para além das anteriormente apresentadas.

Concluída a votação a Assembleia Municipal deliberou, com 18 votos a favor, 1 abstenção José Alberto Pires Gonçalves (PCP/PEV) por ausência, 0 votos contra, aprovada por maioria, a ata de 19 de dezembro de 2019 com a inserção das alterações apresentadas.

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes.

O Presidente da Assembleia informou que tendo em conta que não há pedidos de intervenção de Municípes se iria dar continuidade à sessão da assembleia.

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

O Presidente da Assembleia questiona os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

Licínio Benedito (PS) tomou a palavra para deixar uma palavra de incentivo á nova comissão política concelhia do Partido Socialista de Belmonte que esta semana tomou posse.

Desejar muito sucesso, que consigam mobilizar muito mais os nossos eleitores, e trabalhar muito de perto com a juventude Socialista de modo a dar uma nova vitalidade ao partido, assim como ao concelho, e com isso desde á vários anos a esta parte.

O presidente cessante e da lista cessante, agradecer pela sua dedicação nos últimos anos, e á nova lista e ao novo presidente Dr. António Pinto Dias Rocha desejar muito sucesso neste mandato e quiçá nos anos seguintes.

Também aqui deixar uma palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Pereira, que é candidato á presidência da distrital, deixar aqui o apoio de Belmonte á sua candidatura.

Acácio Dias (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para proceder á sua intervenção.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Camara

Exmos. Senhores vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Senhores autarcas

Aproveitou para referir alguns pontos e deixar as seguintes recomendações que passou a citar.

Aproxima-se a época de incêndios, pelo que seria de toda a conveniência alertar atempadamente os proprietários das parcelas que circundam o aglomerado habitacional, para a necessidade de proceder á limpeza dessas áreas.

Constatou que nem sempre se procede com a devida urgência á regularização dos pavimentos e passeios, quando se verificam algumas obras.

No que se refere ao embelezamento da vila, registou a necessidade de um melhor acompanhamento dos espaços jardins, e principalmente as floreiras.

Efetivamente gasta-se muito dinheiro com a compra de flores, mas o que acontece, é que passado pouco tempo umas “são desviadas”, outras são retiradas dos vasos, e mesmo quando não são retiradas as floreiras, não são devidamente cuidadas registando-se por vezes mais erva que flores nas próprias floreiras.

Ao senhor Presidente da Câmara comunica que é necessário mandar proceder á reparação do separador central do Bairro do Pinhal do Carrola, onde foram recentemente plantadas algumas palmeiras em substituição das anteriores.

Alertou para que autoridades exerçam uma maior fiscalização do regulamento municipal dos animais abandonados, mesmo aqueles que passeiam pela trela de seus donos e não têm o cuidado de proceder higienicamente quando necessário.

José Gonçalves (CDU), tomou a palavra apresentar uma “Declaração política Pela criação das Regiões Administrativas” a qual se transcreve e junta em pasta anexa:

“Declaração política

Pela criação das Regiões Administrativas

Instituir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado.

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais.

O agendamento do Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efetuar a descentralização que o País carece.

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas.

A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local.

Nestes termos, a CDU:

1 - Manifesta o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reitera o empenho em prosseguir a sua ação para a concretizar;

2 - Denuncia o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR);

3 - Reafirma a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente.

4 - Manifesta a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da administração central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos inoportáveis.

Referiu ainda a situação aqui apresentada várias vezes, que verificou novamente na última ata de 19 de dezembro de 2019, que o deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), referiu novamente o caso da iluminação pública, o fato de no Colmeal da Torre e em algumas quintas a iluminação pública ligar-se às 15:30 horas, e às 16:30 horas, desconhecendo se este assunto já se encontra resolvido.

Lamenta profundamente que em Maçainhas a iluminação pública se ligue às 19:00 horas, pelo que entende que há mais 30 minutos no mínimo de escuridão.

Perante estes fatos e outras situações que estavam a ser referenciadas, que a mesma estava a ser regulada por uma empresa de Lisboa.

Num século em que basta um pequeno telemóvel para controlar a iluminação pública e de casa, pelo que face ao exposto não entende porque motivo estamos a ter um maior consumo de eletricidade e continuar às escuras."

Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para solicitar novamente os documentos á mesa da Assembleia Municipal, uma vez que foram pedidos em setembro e continua a aguardar a sua entrega.

Solicitou informação acerca do ponto situação do estacionamento da fábrica de Confeções Torre.

O senhor Presidente da Assembleia informou o deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), que relativamente aos documentos pedidos, já estão todos disponíveis para lhe serem entregues.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra informar que a Assembleia Municipal é um órgão plural, onde faz sentido trazer questões de forma direta ou indiretamente relacionadas com o bem-estar e com o desenvolvimento do nosso concelho.

A intervenção feita pelo deputado Licínio Benedito (PS) de um cariz exclusivamente político partidário, de congratulação por comissões políticas de

partidos, no seu entender está completamente descontextualizada e fora de sentido do contexto desta Assembleia.

É sabida a tradição que têm os madeiros nas nossas aldeais, incentivado pelo prémio da iniciativa, mas verificou que em muitas situações é o uso desmesurado e completamente e até fora de lei, o que são a utilização de pneus e outros materiais para favorecer a combustão dessas pilhas de lenha.

Solicita á autarquia para que tome alguma iniciativa na altura e na época, junto dos responsáveis por estas organizações que se deverão manter, mas de uma forma um pouco mais amigas do ambiente, e de tal forma que quem utiliza-se esse tipo de materiais na construção do respetivo madeiro ficasse automaticamente excluído desse mesmo prémio e ser penalizado, por forma a desincentivar a utilização desses materiais, bem como depois os líquidos para favorecer a combustão que são exagerados. Pelo que sugere á autarquia que no seu regulamento procedesse á introdução desta pequena alteração que tem a maior importância sob o ponto de vista ambiental.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores deputados Municipais e vereadores.

Informou que esta nova sala da Loja do Cidadão de Belmonte, encontra-se digna e capaz, e que se empenhou muito em que esta sala ficasse como se encontra, solicitando que quando acharem que alguma coisa não está bem lhe comunicassem para que seja alterada.

Aproveitou para saudar a bancada do PS, assim como o seu líder o deputado Licínio benedito.

Informou que tem conhecimento da existência de situações difíceis na área da limpeza, referindo que o senhor Joaquim Antunes é o responsável para tratar destes assuntos, pelo que solicitou ao senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal e aos senhores deputados que autorizem a sua intervenção acerca destas matérias.

Informou que vai reforçar os pagamentos, e apelou para ser informado das dívidas que existam, pelos empresários e fornecedores.

Aproveitou a oportunidade para transmitir que nestes dois meses procedeu ao pagamento de 200 mil euros.

Quanto á iluminação pública informa que é um assunto que o senhor Joaquim Antunes irá esclarecer.

Referente ao estacionamento da fábrica de Confeções Torre que aqui foi abordado por diversas vezes, e esclarece ao deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), que o proprietário não é a Câmara Municipal, mas sim as Confeções Torre, pela qual tem muito apreço, e é quem deve resolver o assunto.

Informa que os proprietários da fábrica de Confeções Torres está a tentar resolver o problema do assunto do estacionamento.

Referiu que não tem conhecimento de acidentes naquela via.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, solicita novamente ao senhor Presidente da Assembleia Municipal autorização para passar a palavra ao senhor Joaquim Antunes, que como adjunto da Câmara Municipal poder informar de situações mais claras, precisas e forma de as resolver.

O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Joaquim Antunes, Adjunto da Câmara Municipal para proceder á sua intervenção.

O senhor Joaquim Antunes, Adjunto da Câmara Municipal tomou a palavra para proceder ao esclarecimento dos assuntos apresentados.

Informou que a Câmara Municipal tem uma equipa de jardineiros, que está a trabalhar na fase das podas, sendo claramente da sua responsabilidade as floreiras que têm um acompanhamento excecional técnico da Eng.ª Telma Pombal.

Mencionou que tem feito vários trabalhos com os nossos funcionários da Câmara, com a coordenação das freguesias evitando-se mais despesas.

Ao deputado Acácio Dias (PPD/PSD.MPT), esclareceu que o assunto das fachas de combustão, será coordenado pela Eng.º Telma Pombal, e que calendarizou com os quatro presidentes de junta de freguesia.

Estando previsto começar amanhã com a campanha de sensibilização ás populações.

Em resposta ao deputado José Gonçalves (CDU), o assunto da iluminação pública, informou que tem sido uma preocupação de todos os presidentes das juntas de freguesia e em particular a de Maçainhas, onde também reside.

Informou que esteve reunido com o Eng.º João Paulo da EDP, e o que ocorre ainda é pior que o referido pelo deputado José Gonçalves (CDU).

Tendo informado que a EDP está a acertar o “relógio astronómico” de cerca de 30 PT’s que existem no concelho.

Refere que que a iluminação tem que se ligar 40 minutos depois do pôr do sol, e desligar 30 minutos depois do nascer do sol.

Informou que ontem foi introduzida toda a informação na plataforma da EDP.

Transmitiu que o Eng.º João Paulo da EDP, estava muito “indignado” com o instalador, e que numa grande parte dos PT’s estão a ser adaptados os “relógios astronómicos”, uma vez que grande parte destes eram manuais, e que com a ocorrência de avarias alteravam-se.

Referiu que os PT’s de Maçainhas são os únicos com esse problema.

Relativamente ao estacionamento da fábrica de Confeções Torre, esclareceu o deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), que esteve no local com o senhor João Luís da empresa de Confeções Torre e o Eng.º Carlos Simões, Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento de Obras e Urbanismo.

Informou que está a ser ultimado serem feitos 3 grandes estacionamentos suportados pela empresa Confeções Torre, e que a Câmara Municipal se comprometeu a terminar a rua.

Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que o trânsito é da responsabilidade da Câmara Municipal.

4 - Período da Ordem do Dia:

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

O senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha que informa não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

José Gonçalves (CDU) para tomou a palavra para apresentar duas questões.

Sendo uma delas que segundo o senhor Presidente da Câmara apresentar as coletividades existentes no concelho não podem estar consecutivamente a pedir.

Será porque o Município não tem uma estratégia cultural e desportiva, ou as coletividades não recebem a tempo e horas pela apresentação dos eu plano de atividades, orçamento e respetivo relatório de contas?

Sempre defendeu que os subsídios devem ser atribuídos de forma justa, consoante o plano de atividades, relatório de contas de cada coletividade de forma a valorizar o seu trabalho.

Apresentou ainda a sua intervenção, a qual se transcreve:

“Senhor Presidente,

O município prepara-se para entregar o serviço de gestão comercial dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por um prazo de dois anos, consolidando assim a entrega a uma multinacional da privatização da água, a Aqualia, de uma tarefa que é nem mais nem menos que o coração do serviço público de água e saneamento.

Discordamos frontalmente de uma medida que vai no sentido da privatização de atividades nucleares do serviço, do esvaziamento da capacidade pública.

Isto é como colocar a raposa a guardar o galinheiro...

Sabemos que o Sr. Presidente diz que isto não é privatização, mas a verdade é que a entrega deste serviço a uma empresa privada é uma privatização, sob a forma de prestação de serviços...não vale a pena fingir que não é.

E mais nos preocupa quando o Sr. Presidente diz a uma estação de rádio (RCB) que não pensa, por enquanto, privatizar o serviço de águas... Frisamos o por enquanto...!

Pois bem Sr. Presidente, se o fizer, e esperemos sinceramente que não vá por aí, terá o nosso firme combate perante uma medida errada economicamente errada e socialmente injusta. Basta olhar para as privatizações aqui ao lado, na Covilhã, onde a Águas da Covilhã, com 49% de capital privado, pratica o preço mais caro do distrito e um dos mais elevados do país; ou para o Fundão, onde está a Aqualia, o segundo com os preços mais caros e uma qualidade sofrível.

Mas se pensar na privatização, fale com Mafra, o primeiro município que privatizou a água em 1994, e que foi justamente o primeiro a remunicipalizar.

Sabemos que o serviço no nosso concelho tem muitos problemas, e sabemos dos constrangimentos impostos por sucessivos Governos e pelo Regulador, mas a verdade é que este executivo nunca apostou nem investiu seriamente em termos humanos e técnicos na melhoria deste serviço público essencial. E para isto, para a melhoria da gestão pública, para a valorização dos trabalhadores, contará sempre connosco.

Neste mesmo sentido, também não podemos deixar de criticar a opção pela privatização do serviço de recolha de resíduos. São 554 mil euros por três anos. Não se sabe ainda o resultado do concurso, mas para a CDU este não é o caminho, pelo contrário. Como já aqui dissemos temos uma Câmara que aceita competências que nunca exerceu e privatiza as que lhe pertencem, pelo menos desde a conquista da democracia.”

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra para esclarecer o deputado José Gonçalves (CDU), que não há privatização das águas, e que há 60% de percas de água.

Estando a ser feito um esforço para que ainda antes do final do mandato passe de 60% de percas para 30%.

Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para comunicar que por sugestão da maioria da bancada vai-se retirar.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para comunicar que a bancada do PPD/PSD.MPT não fará mais qualquer intervenção nesta sessão da Assembleia Municipal, vai limitar-se a fazer as votações, porque considera que não há condições de diálogo, nem de debate.

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra para informar que o senhor Presidente da Câmara foi eleito para fazer, e nós estamos para chamara á atenção.

Quis o povo que a CDU estivesse na oposição, e que o senhor Presidente fizesse obra e o melhor pelo concelho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informa que hoje esteve presente em Belmonte a senhora Secretária de Estado, tendo por diversas solicitado ajuda nesta matéria.

4.2.- 1ª Revisão das GOP's e Orçamento 2020

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente.

----- **CERTIDÃO** -----

**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2020, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.11.) 1ª REVISÃO DAS GOP'S E ORÇAMENTO 2020 -----

----- Foram presentes os documentos de suporte à 1ª revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo da competência ínsita na alínea c) do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, concordar com a proposta de revisão às GOP e Orçamento para 2020, bem como remeter para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09. -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2020. -----

O senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha que informa não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que não houve intervenções pelo que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação a Assembleia Municipal deliberou, com 0 votos contra, 5 abstenções (PPD/PSD.MPT) e 14 votos a favor, pelo que 1ª Revisão das GOP's e Orçamento 2020, foi aprovado por maioria.

4.3. - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal - Errata.

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS DINIS SIMÕES, CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO OBRAS E URBANISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 16 de janeiro de 2020, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

B.3) SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - ERRATA --

Foi presente à Câmara Municipal para retificação, a deliberação tomada pela Câmara em reunião de 24/01/2019, no seu ponto **B.2) SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE E ESTABELECIMENTO DAS RESPETIVAS MEDIDAS PREVENTIVAS E RETOMA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE**, bem como a deliberação tomada em reunião de 08/08/2019, no ponto: **B.3) ADENDA Á SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE**. -----

Assim, em ambas as deliberações: -----

Onde se lê: -----

1. Índice de utilização - 0.65 m²/m² -----
2. Índice de ocupação (construção) - 0,50 m²/m² -----

Dever-se ler: -----

1. Índice de utilização (construção) - 0.62 m²/m² -----
2. Índice de ocupação (implantação) - 0,50 m²/m² -----

A Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à retificação das deliberações tomadas nas reuniões do executivo municipal em 24/01/2019 e em 08/08/2019, nos pontos: “B.2) SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE E ESTABELECIMENTO DAS RESPETIVAS MEDIDAS PREVENTIVAS E RETOMA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE” e “B.3) ADENDA Á SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE”, conforme acima descrito. -----

Esta deliberação de retificação deverá ser enviada para sessão da Assembleia Municipal, após o que deverá ser publicada em Diário da República. -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão que autêntico com selo branco em uso neste Município e Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo, em 20 de fevereiro de 2020. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que não houve intervenções pelo que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação a Assembleia Municipal deliberou, com 0 votos contra, 0 abstenções, e 19 votos a favor, pelo que a **Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal - Errata**, foi aprovado por unanimidade.*

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes.

O Presidente da Assembleia informa que não houve inscrições pelo que fica encerrado.

Antes de terminar a reunião o Presidente da Assembleia propõe a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação.

A mesma foi aceite por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 19:00 horas, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário